

Companhia Energética Candeias

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Candeias

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a receita líquida da Companhia consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contabilizou receita de venda de energia no valor de R\$377.984 mil (R\$417.446 mil em 2019).

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

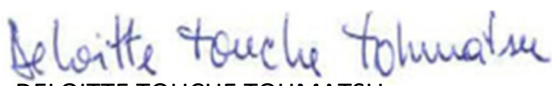
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 5 de março de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2020	2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.619	11.002	Fornecedores	15	21.381	5.420
Depósitos bancários vinculados	6	10.000	8.912	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	118.106	124.434
Contas a receber	5	52.147	30.187	Partes relacionadas	10	10.550	-
Adiantamentos a fornecedores		453	340	Obrigações sociais e trabalhistas		1.773	2.089
Impostos a recuperar	7	213	1.822	Obrigações tributárias	17	4.373	3.664
Estoques	9	39.329	40.995	Dividendos a pagar	10 e 19	42.460	46.645
Outras contas a receber	14	1.545	456	Outras contas a pagar		6.572	1.483
Total dos ativos circulantes		<u>115.306</u>	<u>93.714</u>	Total dos passivos circulantes		<u>205.215</u>	<u>183.735</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos bancários vinculados	6	-	26.608	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	41.804	181.841
Impostos a recuperar	7	257	292	Adiantamento para futuro aumento de capital	10 e 19	-	4.150
Estoques	9	7.968	7.071	Outras contas a pagar		627	6.836
Impostos diferidos	8	20.604	29.832	Total dos passivos não circulantes		<u>42.431</u>	<u>192.827</u>
Depósitos judiciais	18	34	118				
Imobilizado	11	476.134	503.578	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	13	801	1.222	Capital social	19	135.771	131.621
Diferido	12	920	1.150	Reservas de lucros		238.607	155.402
Total dos ativos não circulantes		<u>506.718</u>	<u>569.871</u>	Total do patrimônio líquido		<u>374.378</u>	<u>287.023</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>622.024</u></u>	<u><u>663.585</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>622.024</u></u>	<u><u>663.585</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	339.578	374.763
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	21	(181.940)	(245.666)
LUCRO BRUTO		157.638	129.097
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(19.165)	(17.381)
Honorários dos Administradores	21	(2.789)	(2.360)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	164	231
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		135.848	109.587
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	3.437	4.038
Despesas financeiras	22	(19.024)	(25.820)
Variação cambial líquida	22	189	200
Total		(15.398)	(21.582)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		120.450	88.005
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(29.784)	(21.090)
Imposto de renda e contribuição social corrente diferidos	23	(9.228)	(7.395)
Incentivo fiscal do imposto de renda	23	20.848	14.606
Total		(18.164)	(13.879)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		102.286	74.126
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		1,989	1,133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	102.286	74.126
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>102.286</u></u>	<u><u>74.126</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		179.383	13.240	81.990	97.435	-	372.048
Resgate de ações preferenciais	19	(47.762)	-	-	-	-	(47.762)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.126	74.126
Destinação do lucro:							
Reserva legal	19	-	3.706	-	-	(3.706)	-
Reserva de incentivo fiscal	19	-	-	14.606	-	(14.606)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,27 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	(13.954)	(13.954)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$1,89 por lote de mil ações)	19	-	-	-	(97.435)	-	(97.435)
Reserva de lucros retidos	19	-	-	-	41.860	(41.860)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		131.621	16.946	96.596	41.860	-	287.023
Aumento de capital	19	4.150	-	-	-	-	4.150
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	102.286	102.286
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	19	-	5.114	-	-	(5.114)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal	19	-	-	20.848	-	(20.848)	-
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,47 por ação)	19	-	-	-	-	(19.081)	(19.081)
Complemento de reserva de lucros retidos	19	-	-	-	57.243	(57.243)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		135.771	22.060	117.444	99.103	-	374.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		102.286	74.126
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11, 12,13 e 21	28.665	28.846
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível		436	452
Variação cambial líquida	22	(189)	(200)
Encargos sobre contrato de mútuo		-	2
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	16	10.473	22.502
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	16	8.326	2.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	9.228	7.395
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(21.960)	45.543
Adiantamentos a fornecedores		(113)	276
Estoques		769	(2.061)
Impostos a recuperar		(27.904)	(34.785)
Outras contas a receber		(1.089)	(2.105)
Depósitos judiciais		84	(31)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		16.150	(44.428)
Impostos a recolher		38.644	39.268
Impostos de renda e contribuição social pagos		(8.387)	(6.297)
Obrigações sociais e trabalhistas		(316)	554
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(35.218)	(19.868)
Outras contas a pagar		(1.120)	1.674
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>118.765</u>	<u>113.424</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	11	(991)	(4.083)
Aquisição de intangível	13	(15)	(50)
Depósitos bancários vinculados		25.520	1.358
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento		<u>24.514</u>	<u>(2.775)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	19	(23.266)	(79.328)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	4.150
Resgate de ações preferenciais	19	-	(47.762)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	162.800	110.000
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(1.153)	(842)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(291.593)	(94.294)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		10.550	195
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(142.662)</u>	<u>(107.881)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>617</u>	<u>2.768</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	11.002	8.234
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	11.619	11.002
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>617</u>	<u>2.768</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Candeias (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, mediante as Portarias nº 353, de 20 de dezembro de 2007, e nº 342, de 6 de dezembro de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), respectivamente, em decorrência do quarto leilão de energia nova, realizado pela ANEEL. Para tanto as UTEs Global I e Global II firmaram um total de trinta e sete Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR junto a Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, pelos quais (i) as UTEs têm direito a uma receita fixa mensal para cobrir custos fixos, despesas administrativas e financiamentos e (ii) uma receita variável para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica, através do despacho das UTEs pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Ambas as receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas: 1ª parcela vincenda dia 20 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração, 2ª parcela vincenda dia 30 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração e 3ª parcela vincenda dia 10 do mês seguinte ao mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração. Toda a comercialização da energia elétrica firmada nos CCEARs é acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

As UTEs Global I e Global II entraram em operação comercial em maio de 2010 e têm prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2024, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs.

Em virtude dos compromissos de curto prazo assumidos para a manutenção e operação das termoelétricas, a Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2020, capital circulante líquido negativo em R\$89.909 (negativo R\$90.021 em 31 de dezembro de 2019). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com instituições financeiras, decorrentes de empréstimos, debêntures e dividendos a pagar e reflete as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Com a publicação da Resolução Normativa 827/2018, de 21/08/2018, a ANEEL estabeleceu as regras definitivas para penalidade por falta de combustível na geração de energia elétrica termelétrica, compatibilizando-as com as penalidades previstas em contratos de fornecimento de combustível. Dessa forma, extinguíram-se os sucessivos aditamentos aos contratos de fornecimento de óleo combustível com a Petrobras Distribuidora S.A.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos 2020 (despacho concentrado no 2º semestre) e 2019. Com isto, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, receita bruta de geração variável de R\$132.996 (2019 R\$183.705), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$245.535 (2019, R\$238.916).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 5 de março de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal de suas atividades, e inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base na performance histórica de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do contas a receber.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição. Trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e concluiu que estava atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrado com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do quarto leilão de energia nova realizado em 2007. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRS's novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1. Impactos COVID-19

O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de impacto relevante no futuro.
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios, apenas os impostos foram postergados em razão das Portarias 139, 150 e 245 do Ministério da Economia e dos Decretos 10.305, 10.414 e 10.504 de 2020.
- Durante as operações após declarada a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscaras e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.

- Ações sociais de apoio no combate à Covid-19 na cidade de Candeias com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de Covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais da UTE Candeias.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	1	3
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>11.618</u>	<u>10.999</u>
Total	<u><u>11.619</u></u>	<u><u>11.002</u></u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 62% a 101% (62% a 116,44% em 2019) da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Valores a vencer	6.938	8.831
Valores a faturar	<u>45.209</u>	<u>21.356</u>
Total	<u><u>52.147</u></u>	<u><u>30.187</u></u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), na modalidade "spot".

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos 2020 (despacho concentrado no 2º semestre) representando um aumento significativo em valores a faturar em relação a 2019.

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não tem expectativa de perdas na realização do contas a receber.

Em outubro de 2018, a Companhia firmou com o Operador Nacional do Sistema Elétrico "ONS" um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da Reserva de Potência Operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória no mercado de curto prazo, decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no "MCP", a Companhia pode aproveitar da oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio.

Em função desta nova modalidade todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	-	35.520
Banco Itaú BBA S.A.	<u>10.000</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>10.000</u></u>	<u><u>35.520</u></u>
Circulante	10.000	8.912
Não circulante	-	26.608
Total	<u><u>10.000</u></u>	<u><u>35.520</u></u>

A Companhia possuía aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deveriam ser mantidas até o seu vencimento, previsto para dezembro de 2024. Em 2020 até seu resgate integral, a remuneração foi equivalente a 98% do CDI (98% do CDI, em 2019).

Em 25 de março de 2020, o financiamento com o banco BNB foi quitado, liberando a Companhia de manter recursos em contas de depósitos bancários vinculados desde então.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ	69	109
IRRF	-	1.547
CSLL	-	22
PIS sobre ativo imobilizado	46	52
COFINS sobre ativo imobilizado	211	240
Outros	<u>144</u>	<u>144</u>
Total	<u><u>470</u></u>	<u><u>2.114</u></u>
Circulante	213	1.822
Não circulante	<u>257</u>	<u>292</u>
Total	<u><u>470</u></u>	<u><u>2.114</u></u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Alíquota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízos fiscais acumulados		50.094	87.750
Bases negativas acumuladas		51.055	88.404
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		-	(10.309)
Despesas pré-operacionais		2.410	3.012
P&D - pesquisa e desenvolvimento		<u>7.841</u>	<u>7.116</u>
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		60.345	87.569
Total de bases negativas e diferenças temporárias		<u>61.306</u>	<u>88.223</u>
Imposto de renda	25%	15.086	21.892
Contribuição social	9%	5.518	7.940
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>20.604</u>	<u>29.832</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		24.208	34.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(3.604)</u>	<u>(4.187)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u><u>20.604</u></u>	<u><u>29.832</u></u>
Efeito no Resultado		<u><u>(9.228)</u></u>	<u><u>(7.395)</u></u>

A expectativa da realização das diferenças temporárias, conforme o plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, está apresentada a seguir:

	2020				2019	
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Diferido	P&D/PLR	Total	Total
2020	-	-	-	-	-	8.554
2021	6.490	2.556	205	740	9.991	12.687
2022	5.367	1.550	205	740	7.862	8.749
2023	667	489	205	740	2.101	32
2024	-	-	204	446	650	(190)
Total	<u>12.524</u>	<u>4.595</u>	<u>819</u>	<u>2.666</u>	<u>20.604</u>	<u>29.832</u>

9. ESTOQUES

	2020	2019
Combustível	19.704	19.808
Almoxarifado de peças para manutenção	27.326	26.813
Adiantamento a fornecedor	-	722
Outros estoques	267	723
Total	<u>47.297</u>	<u>48.066</u>
Circulante	39.329	40.995
Não circulante	7.968	7.071
Total	<u>47.297</u>	<u>48.066</u>

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Ref.	Encargos incidentes	2020		2019	
		Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente (a)</u>					
Companhia Energética Potiguar	sem encargos	10.550	-	-	-
Global Participações em Energia S.A.	sem encargos	-	-	-	2
Total		<u>10.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
<u>Fornecedor (b)</u>					
Global Engenharia LTDA	sem encargos	3.078	(31.749)	2.615	(37.058)
Total		<u>3.078</u>	<u>(31.749)</u>	<u>2.615</u>	<u>(37.058)</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (c)</u>					
Global Participações em Energia SA		37.580	-	41.514	-
Fernando W. Magalhaes Filho		4.223	-	4.664	-
Djalma Nunes Fernandes		657	-	467	-
Total		<u>42.460</u>	<u>-</u>	<u>46.645</u>	<u>-</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital (d)</u>					
Global Participações em Energia S.A	sem encargos	-	-	3.693	-
Fernando W. Magalhaes Filho	sem encargos	-	-	415	-
Djalma Nunes Fernandes	sem encargos	-	-	42	-
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.150</u>	<u>-</u>
Circulante		56.088		49.260	
Não Circulante		-		4.150	
Total		<u>56.088</u>		<u>53.410</u>	

(a) Referem-se à conta corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, e podendo ser decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.

- (b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.
- (c) Dividendos a pagar aos acionistas.
- (d) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinados durante o ano de 2019, os quais foram integralizados ao capital em 2020.

A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram pagos R\$2.789 (R\$2.360 em 2019) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	20%	-	20%	5%	
<u>Custo corrigido</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.098	214.048	1.227	494.214	957	1.772	43	1.826	718.185
Adições	-	18	8	180	22	3.855	-	-	4.083
Baixa	-	-	-	-	-	(452)	-	-	(452)
Transferências	-	308	81	1.871	29	(2.492)	-	203	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.098	214.374	1.316	496.265	1.008	2.683	43	2.029	721.816
Adições	-	-	10	116	166	598	101	-	991
Baixa	-	-	-	(217)	-	-	(53)	-	(270)
Transferências	-	(462)	(120)	3.910	(267)	(2.921)	1	(141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.098	213.912	1.206	500.074	907	360	92	1.888	722.537
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(38.203)	(537)	(150.298)	(467)	-	(43)	(344)	(189.892)
Adições	-	(4.808)	(127)	(23.211)	(105)	-	-	(95)	(28.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(38.203)	(537)	(150.298)	(467)	-	(43)	(344)	(218.238)
Adições	-	(4.879)	(124)	(22.981)	(74)	-	(5)	(102)	(28.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(43.082)	(661)	(173.279)	(541)	-	(48)	(446)	(246.403)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	4.098	170.830	545	326.795	366	360	44	1.442	476.134
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2019	4.098	176.171	779	345.967	541	2.683	-	1.685	503.578

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2020. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

A Companhia possuía terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$498.218 em 31 de dezembro de 2019. Com a quitação do financiamento com o BNB os bens foram liberados da garantia em 2020.

12. DIFERIDO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas pré-operacionais	3.374	3.374
Amortização acumulada	<u>(2.454)</u>	<u>(2.224)</u>
Total	<u><u>920</u></u>	<u><u>1.150</u></u>

Gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,82% ao ano, período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

13. INTANGÍVEL

		<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Taxas anuais	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	2.176	(1.879)	297	592
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.771	(1.267)	504	630
Total		<u>3.947</u>	<u>(3.146)</u>	<u>801</u>	<u>1.222</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.442
Adições	50
Amortização	<u>(270)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.222
Adições	15
Baixa	(166)
Amortização	<u>(270)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>801</u></u>

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2024.

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento a funcionários	16	42
Despesas antecipadas	1.529	410
Outras contas a receber	-	4
Total	<u>1.545</u>	<u>456</u>

15. FORNECEDORES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Amazonia Transportes	205	248
Chevron Brasil Lubrificante Ltda.	265	-
Diesel Expert Quebec	-	150
Geriba Energy Trading Comercializadora	-	320
Global Engenharia Ltda	3.078	2.615
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	115	544
Petrobras Distribuidora S.A.	10.941	69
Starr Internacional Brasil Seg	1.425	-
Outros fornecedores	5.352	1.474
Total	<u>21.381</u>	<u>5.420</u>

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2020	2019
Banco do Nordeste - Financiamento (a)	jun/25	10%a.a.	-	-	-	-	141.380
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(7.335)
Subtotal			-	-	-	-	134.045
SUDENE (b)	dez/31	TJLP +	-	-	-	-	60.395
Subtotal		1%a.a.	-	-	-	-	60.395
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (c)	abr/22	CDI +	187	101.631	41.969	143.787	-
(-) Custos de Transação		1,10%a.a.	-	(558)	(165)	(723)	-
Subtotal			187	101.073	41.804	143.064	-
Banco Itaú S.A. (d)	fev/21	CDI +	8	16.923	-	16.931	112.481
(-) Custos de Transação		1,15% a.a.	-	(85)	-	(85)	(646)
Subtotal			8	16.838	-	16.846	111.835
Total			<u>195</u>	<u>117.911</u>	<u>41.804</u>	<u>159.910</u>	<u>306.275</u>
Circulante			195	117.911	-	118.106	124.434
Não circulante			-	-	41.804	41.804	181.841
Total			<u>195</u>	<u>117.911</u>	<u>41.804</u>	<u>159.910</u>	<u>306.275</u>

- (a) Em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025. Em 25 de março de 2020, foi quitado antecipadamente o financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- (b) Em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento para 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescido de 1% ao ano. Em 26 de março de 2020, foi quitado antecipadamente a cédula de crédito perante a SUDENE.
- (c) Em 12 de março de 2020, foi assinado o contrato de emissão referente a 16.280 debêntures, emitidas na 5ª emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$162.800.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2022, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,10% ao ano.
- (d) Em 12 de agosto de 2019, foi assinado o contrato de emissão referente a 11.000 debêntures, emitidas na 4ª emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$10 cada, totalizando R\$110.000, com vencimento em 24 de fevereiro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,25% ao ano. Em 17 de fevereiro de 2020 ocorreu o 1º aditivo ao contrato de debêntures alterando o encargo financeiro para CDI mais 1,15% ao ano.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	77.630	208.586	286.216
Captação de financiamentos	76.154	33.846	110.000
Juros e variações monetárias provisionadas	22.502	-	22.502
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(19.868)	-	(19.868)
Aquisição dos custos de captação	(664)	(178)	(842)
Amortização dos custos de captação	2.561	-	2.561
Transferências	60.413	(60.413)	-
Pagamentos de principal	(94.294)	-	(94.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	124.434	181.841	306.275
Captação de empréstimos	162.800	-	162.800
Juros e variações monetárias provisionadas	10.473	-	10.473
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(35.218)	-	(35.218)
Aquisição dos custos de captação	(1.153)	-	(1.153)
Amortização dos custos de captação	8.326	-	8.326
Transferências	140.037	(140.037)	-
Pagamentos de principal	(291.593)	-	(291.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>118.106</u>	<u>41.804</u>	<u>159.910</u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	35.780
2022	41.804	29.139
2023	-	29.139
2024 em diante	-	87.783
Total	<u>41.804</u>	<u>181.841</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (c)	1	Aval corporativo da Commandery.
	2	Aval corporativo da GPE.
	3	Cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis)
Itaú BBA S.A. (d)	1	Aval corporativo da Commandery.
	2	Aval corporativo da GPE.

Em 2020, como “covenants” financeiro do contrato Itaú BBA S.A., prevê a manutenção do caixa e equivalentes de caixa em valor de R\$10.000 ao final do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu todos os “covenants”.

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
IRPJ - Imposto de Renda	173	-
CSLL - Contribuição Social	1.979	1.901
INSS serviços de terceiros	341	224
PIS - Programa de integração social	282	237
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.301	1.094
IRRF serviços de terceiros	32	24
PIS/COFINS/CSLL retidos	243	169
ICMS e DIFAL	7	1
Outros tributos a recolher	15	14
Total	<u>4.373</u>	<u>3.664</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$3.621.

Depósito judicial

Trata-se de ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor da Bandeirante Química Ltda., com pedido de antecipação liminar imediata de posse do imóvel objeto desta ação. E ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor de Raimundo Ramos de Andrade, com pedido de antecipação liminar a imissão imediata de posse do imóvel objeto desta ação. Permanecendo em depósito judicial o montante de R\$34.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$135.771 (R\$131.621 em 2019) e estava representado por 51.426.993 ações ordinárias (Em 2019, 51.426.993 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	2020 e 2019	
	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	45.770.024	89%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	10%
Djalma Nunes Fernandes Junior	514.270	1%
Total	<u>51.426.993</u>	<u>100%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital Social

Em 26 de agosto de 2019, em Assembleia Geral, foi aprovado o resgate de ações preferenciais no valor de R\$47.762 representadas por 21.489.718 ações preferenciais.

Em 28 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$4.150.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, foi constituída uma reserva legal de R\$5.114 (R\$3.706, em 2019), totalizando R\$22.060 (R\$16.946, em 2019).

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, este incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$117.444 (R\$96.596, em 2019) e o reconhecimento do incentivo fiscal compensado no ano no montante de R\$20.848 (R\$14.606, em 2019).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 2020 e 2019 a Companhia cumpriu com este requisito não deixando nenhum excedente na reserva de lucros.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	102.286	74.126
Quantidade de ação por lote de mil	51.427	72.917
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1,989</u>	<u>1,017</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	102.286	74.126
Reserva de incentivos fiscais	(20.848)	(14.606)
Reserva legal	(5.114)	(3.706)
Base para dividendos	<u>76.324</u>	<u>55.814</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>19.081</u>	<u>13.954</u>

Em 22 de abril de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária ratifica a destinação dos R\$9.339 (R\$0,73 por lote de mil ações) em dividendos mínimos obrigatórios e adicionais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram totalmente pagos.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho autorizou a distribuição de R\$3.000 (R\$0,05 por lote de mil ações) em dividendos, revertendo saldo da reserva de lucros retidos, os quais foram totalmente pagos.

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Extraordinária autorizou a distribuição de R\$107.196 (R\$2,08 por lote de mil ações) em dividendos complementares aos acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$94.435 e em dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2019, no montante de R\$12.761, os quais foram parcialmente pagos no montante de R\$85.244.

Em 28 de abril de 2020, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Ordinária autorizou a distribuição de R\$1.193 (R\$0,02 por lote de mil ações) em dividendos mínimos obrigatórios complementares reconhecidos em 2019, os quais ainda não foram pagos.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2020 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2018	14.584
Dividendos propostos referente a 2018	97.435
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019	13.954
Dividendos pagos de 2018	(14.584)
Dividendos pagos de 2019	<u>(64.744)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	46.645
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019	19.081
Dividendos pagos de 2018	<u>(23.266)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2020	<u><u>42.460</u></u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de venda de energia	377.984	417.446
Deduções de venda		
PIS	(6.246)	(6.941)
COFINS	(28.768)	(31.971)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(3.392)	(3.771)
Total	<u>339.578</u>	<u>374.763</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(9.589)	(9.220)
Depreciação e amortização	(28.664)	(28.846)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(20.028)	(17.545)
Custos com manutenção e operação	(133.035)	(198.641)
Arrendamentos e aluguéis	(533)	(595)
Custos e despesas com seguros	(628)	(1.035)
Despesas com viagens e comunicações	(184)	(271)
Serviços de terceiros	(2.488)	(1.921)
Assessoria e consultoria	(6.442)	(5.262)
Tributos	(1.125)	(1.169)
Outras despesas (receitas)	(1.014)	(671)
Total	<u>(203.730)</u>	<u>(265.176)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(181.940)	(245.666)
Despesas gerais e administrativas	(19.165)	(17.381)
Honorários dos Administradores	(2.789)	(2.360)
Outras receitas operacionais, líquidas	164	231
Total	<u>(203.730)</u>	<u>(265.176)</u>

Neste mesmo ano, a Companhia concluiu muitos projetos que estavam classificados como imobilização em curso, aumentando consideravelmente a depreciação anual.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	531	2.312
PIS e COFINS sobre receita financeira	(168)	(197)
Outras receitas financeiras, líquidas	3.074	1.923
Subtotal	<u>3.437</u>	<u>4.038</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(10.473)	(22.502)
Amortização de custo de captação	(8.326)	(2.560)
Juros sobre contrato de mútuo	-	(2)
Outras despesas financeiras, líquidas	(225)	(756)
Subtotal	<u>(19.024)</u>	<u>(25.820)</u>
Variações cambiais líquidas	189	200
Total	<u>(15.398)</u>	<u>(21.582)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.450	88.005
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(40.953)	(29.922)
Adições	(318)	(941)
Exclusões	2.259	2.378
Incentivos fiscais do imposto de renda	20.848	14.606
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(18.164)</u>	<u>(13.879)</u>

24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Prêmio	Vencimento
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house" 1 e 2	492.000	1.710	10/11/2021
Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais.	15.000	5	27/07/2021

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as políticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias. O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de riscos a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. A Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a este tipo de operação, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a este tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de câmbio - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível - a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2024. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Mensuração contábil</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	11.619	-	-	11.619
Depósito bancários vinculados	Custo amortizado	10.000	-	-	10.000
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	52.147	-	-	52.147
Outras contas a receber	Custo amortizado	1.545	-	-	1.545
Total		75.311	-	-	75.311

<u>Passivos financeiros</u>		<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	Custo amortizado	21.381	-	-	21.381
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	118.106	41.804	-	159.910
Dividendos à pagar	Custo amortizado	42.460	-	-	42.460
Obrigações trabalhistas e sociais	Custo amortizado	1.773	-	-	1.773
Obrigações tributárias	Custo amortizado	4.373	-	-	4.373
Outras contas a pagar	Custo amortizado	6.572	-	627	7.199
Total		194.665	41.804	627	237.096

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos, financiamentos e debêntures e a receita de venda em 31 de dezembro de 2020, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2020. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

	<u>Risco</u>	<u>Taxa (a)</u>	<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
		<u>(*)</u>		<u>25% (b)</u>	<u>50% (b)</u>
<u>Ativo</u>					
Aplicação financeira	Baixa do CDI	2,15%	22.083	21.967	21.851
Efeito no resultado			-	(116)	(232)
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	2,15%	164.173	165.037	165.901
Efeito no resultado			-	864	1.728

* Fonte: Banco Santander

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$62.804, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$19.056, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$31.590, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.992, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$3.472, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$6.694, com vigência indeterminada.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2020

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$29.548.
- Aumento de capital no valor de R\$4.150 através de recursos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Exercício de 2019F

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$33.101.
-